

A FORMAÇÃO EM PSICODIAGNÓSTICO E OS TESTES PSICOLÓGICOS.

Isabel Cristina Gomes
Instituto de Psicologia - USP

RESUMO: Na primeira parte desse artigo procuramos refletir sobre a formação do aluno de Psicologia, considerando-se a prática de psicodiagnóstico, e enfocando a relação com o aprendizado de testes psicológicos. Alguns alunos, ao longo do curso de Graduação, quando entram em contato com as cadeiras de Testes Psicológicos, se colocam de forma muito tendenciosa e emocional, o que prejudica o próprio conteúdo apreendido. Posteriormente, quando esses mesmos alunos se deparam com a prática clínica de psicodiagnóstico, que irá exigir deles a integração desses conhecimentos teóricos adquiridos anteriormente, vê-se uma clara e profunda mudança de postura e um aprendizado mais efetivo. Na parte final, discutimos sobre o diagnóstico como uma forma terapêutica e interventiva.

Palavras-Chaves: Psicodiagnóstico, Testes Psicológicos, Alunos, Formação.

THE FORMATION IN PSYCHODIAGNOSIS AND THE PSYCHOLOGICAL TESTS.

ABSTRACT: In the first part of that article we tried to contemplate about the student's of Psychology formation, being considered the psychodiagnosis practice, and focusing the relationship with the learning of psychological tests. Some students, along the course of Graduation, when they keep in touch with the subject of Psychological Tests, they behave tendentious and emotional way, what it prejudices own learned content. When later on those same students keep in touch with the practice of psychodiagnosis clinic, that it will demand the integration of those theoretical knowledge acquired previously from them, we see a clear and deep posture change and a more effective learning. In the last part we discussed on the diagnosis as a therapeutic and intervention form

Keywords: Psychodiagnosis, Psychological Tests, Students, Formation.

Inicialmente, gostaríamos de situar o termo psicodiagnóstico, como ele tem sido visto historicamente e quais suas implicações tanto no campo da atuação profissional, quanto na área de ensino e formação.

A própria denominação do termo já envolve questões: psicodiagnóstico, diagnóstico psicológico, avaliação psicológica, são algumas denominações de uma mesma prática? Aqui encontramos um ponto controverso e que suscita discussão entre os profissionais da área. Nesse artigo iremos considerar como semelhantes essas várias nomenclaturas.

Em nossa cultura, o desenvolvimento da Psicologia como ciência e profissão, e por conseguinte, do diagnóstico psicológico, sofreram várias influências. Entre elas, do modelo médico, dos estudos da Psicometria e do surgimento da Psicanálise; muito semelhante ao que descreve (Ocampo, 1985). Destacando-se o fato de que, para nós, a prática de diagnóstico psicológico é uma das funções exclusivas do psicólogo, garantida pela Lei nº. 4119 de 27-8-1962, que dispõe sobre a formação em Psicologia e regulamenta a profissão.

Segundo Ancona-Lopez em (Trinca, 1984), quando nos dispomos a realizar um psicodiagnóstico, presumimos possuir conhecimentos teóricos, dominar procedimentos e técnicas psicológicas. Como são muitas as teorias existentes, e nem sempre convergentes, a atuação do psicólogo em diagnóstico varia consideravelmente. Ela, então, enfatiza a necessidade de integração entre todas as correntes em Psicologia. Para se compreender o homem, é necessário organizar conhecimentos que digam respeito à sua vida biológica, intrapsíquica e social, não sendo possível excluir nenhum desses horizontes, completa a autora.

O fato do homem ser um objeto de estudo bastante complexo, gera um obstáculo a mais quando pensamos na Psicologia como ensino, e principalmente, na formação do aluno.

Portanto, o objetivo desse artigo é justamente promover uma reflexão sobre a formação do aluno de graduação em Psicologia, considerando-se a prática de

psicodiagnóstico, suas dificuldades, a interface com o aprendizado dos testes psicológicos e com a primeira experiência de atendimento clínico.

Nos basearemos em nossa experiência de ensino e supervisão, por mais de uma década, nessa área da Psicologia Clínica, em instituições públicas e particulares.

Nessas referidas instituições de ensino brasileiras, os alunos, ao longo do curso de Psicologia, entram em contato com algumas disciplinas teóricas, que são pré-requisitos para a formação clínica.

Nos nossos meios acadêmicos, sofremos muito a interferência da Psicanálise, até os dias atuais. Vemos que isso gera no aluno, que ingressa no curso, uma expectativa alta quanto a se introduzir nesse referencial teórico, em detrimento a outros conhecimentos que também são pertinentes a sua formação.

A Universidade de São Paulo, instituição a que pertencemos, sempre desempenhou um importante papel no cenário político, acadêmico e social do país, principalmente, exercendo sua força (através do Movimento Estudantil) na época das Ditaduras Políticas, que assolaram toda a América Latina. Portanto, ela sempre assumiu um compromisso de formar alunos críticos, reflexivos, além de meramente técnicos. Isso promoveu interferências, ao longo dos anos, no curso de Psicologia, enfatizando no currículo matérias como Sociologia, Antropologia e Filosofia. O resultado dessa postura ideológica trouxe ganhos e perdas. Por um lado, temos alunos que desenvolvem a capacidade de pensar, de refletir sobre nossa realidade, o que acreditamos ser do papel do psicólogo, entretanto, outros assumem uma postura extremada, entendendo que “tudo” na Psicologia se resolveria pelo campo do Social, e a prática de diagnóstico psicológico passa a ser muito criticada, pois, ela ainda é encarada, por esses, como uma prática que pode levar o sujeito à exclusão social, estigmatização, etc.

Retomando o ensino do psicodiagnóstico em nossa instituição, consideramos como pré-requisitos importantes para os que iniciarão essa prática clínica, os conteúdos referentes a: Psicologia do Desenvolvimento, Noções de Psicopatologia, raciocínio clínico e fundamentalmente, o conhecimento dos testes psicológicos mais usados em nossa sociedade (Testes de Nível Intelectual, Testes Projetivos e Testes Psicomotores).

Uma grande parte dos alunos, quando entram em contato com as cadeiras de Testes Psicológicos, tem a tendência de se colocarem de forma muito tendenciosa e emocional, o que prejudica o próprio conteúdo apreendido.

Em relação ao ensino dos testes de nível mental, (Aribi e Cavalini, 1999) descrevem uma experiência de ensino, numa instituição particular em São Paulo, onde apontam para as dificuldades no processo de aprendizagem desses elementos, já que os alunos apresentam uma postura de ceticismo e aversão frente aos testes de nível intelectual, desvalorizando o aprendizado dos conceitos de validade, precisão e padronização dos testes, que são critérios necessários para a escolha adequada de qualquer teste. (Bueno, 1995) tece uma crítica aos próprios profissionais, que se utilizam dos testes como instrumentos de previsão e controle da capacidade intelectual das pessoas; destaca também que, durante muito tempo os testes foram utilizados de modo autoritário e onipotente, discriminando ou classificando os sujeitos que a eles se submetiam. Podemos perceber aqui que há uma indiscriminação, tanto por parte de alunos quanto dos profissionais da área entre o instrumento e aquele que o utiliza.

Um outro fator interessante que surge no ensino dos testes psicológicos, diz respeito a mobilização emocional, dos alunos, frente as técnicas projetivas. Esse fato tem ligação com a própria escolha profissional. Em muitos casos, a escolha pela Psicologia é auto-referencial, isto é, o estudante faz a escolha vocacional baseando-se em experiências pessoais ou confunde aprendizagem com tratamento, por exemplo, vai

em busca do curso de Psicologia para resolver conflitos internos, familiares ou de amigos. Gomes, 1999 aponta essa dimensão no ensino dos testes projetivos gráficos.

Muitos docentes e pesquisadores brasileiros são unânimes em enfatizar a necessidade de se mudar a postura desinteressada e descrente em relação ao uso dos testes. E que essa atitude dependeria unicamente de um esforço conjunto dos professores, pesquisadores, profissionais, conselhos de classe e editoras de livros.

Quanto ao ensino dos testes, os autores citados acima (Jacquemin, 1995) valorizam a boa formação do aluno no emprego desses instrumentos. E essa formação está ligada a um processo de integração entre teoria e prática. Kroeff em (Jacquemin, 1995) propõe que os testes sejam ensinados integrados com os conteúdos da Psicologia: escalas de desenvolvimento junto com a disciplina de Desenvolvimento, os inventários de personalidade com a Psicologia da Personalidade e assim por diante. Porém, algumas situações não poderiam ser contempladas por esse raciocínio. E é justamente o que ocorre com a prática de psicodiagnóstico. Precisamos de garantias sobre o conteúdo aprendido desses testes, e das outras disciplinas citadas como pré-requisitos, para permitirmos que o aluno inicie a experiência clínica em diagnóstico. O aluno não pode aprender a técnica usando seu cliente como cobaia! É por isso que a tarefa de ensinar e supervisionar o aluno nessa prática, se torna muito trabalhosa para o professor.

Quando o aluno chega para estagiar na cadeira de psicodiagnóstico, ele já foi aprovado nas matérias definidas como pré-requisitos. Entretanto, na maioria das vezes, fatos de outra ordem surgem, ou seja, o aluno não consegue se recordar de algum teste ou técnica que aprendeu anteriormente, parece que ocorre um “espaço vazio ou branco” em sua memória acadêmica; não consegue relacionar os quadros psicopatológicos com o que está percebendo no seu cliente; as noções de Psicologia

do Desenvolvimento ficam muito distanciadas do atendimento a uma criança, e do entendimento do que é esperado nas fases de desenvolvimento infantil. Como, então, o aluno poderia realizar um diagnóstico psicológico de uma criança, ou de algum caso que envolvesse uma psicopatologia mais grave?

Pensamos e acreditamos que não só é possível, mas, de fundamental importância para a formação deste aluno de Psicologia. Porém, são essas variáveis que tornam esse aprendizado clínico muito oneroso, tanto para o professor/supervisor quanto para o estagiário.

Os alunos reclamam da sobrecarga de trabalho que esse estágio exige: transcrição da sessão realizada com o paciente semanalmente; aplicação, análise e interpretação dos testes psicológicos empregados no caso, leituras complementares para desenvolvimento do raciocínio clínico e entendimento do material clínico para o levantamento das hipóteses diagnósticas e, confecção do relatório final do atendimento. Poucas disciplinas tem esse mesmo grau de exigência, o que leva os alunos (principalmente aqueles que não se dedicam muito ao curso) a desenvolver algumas expectativas negativas antes de iniciá-lo.

O estágio é realizado em pequenos grupos (de 6 a 8 graduandos, no máximo, por grupo) sendo que todos passam pela experiência prática de atendimento a um paciente em psicodiagnóstico, no IPUSP.¹ A disciplina conta com uma equipe de supervisores, que procuram desenvolver um trabalho com coerência. A maioria dos supervisores tem comprovada experiência clínica na área, o que acreditamos ser

¹ Em algumas instituições particulares, apenas um aluno do grupo realiza essa experiência clínica de atendimento em psicodiagnóstico, e os demais observam e participam da discussão do caso na supervisão. Ou os alunos atendem em dupla, alguns trabalham com os pais, outros só com a criança.

condição indispensável, pois o papel de supervisor exige do professor a transmissão de conhecimentos específicos aliados a um modelo de psicólogo clínico.

Observamos uma profunda mudança de postura, nesse estagiário, a medida que ele vivência essa prática. Em relação aos testes psicológicos, os graduandos passam a dimensionar o uso, a importância, e até mesmo a própria interpretação destes instrumentos, de uma forma totalmente diferente, mais madura, mais completa, gerando um verdadeiro aprendizado, que é conseqüente desta integração entre teoria e prática. Isso ocorre porque, a aplicação dos testes agora se dá numa situação real e contextualizada. Deixamos claro que, a escolha pelo uso de algum teste se dá de acordo com a necessidade e relevância do caso, e não pela preferência do aplicador. Os alunos conseguem, finalmente, enxergá-lo como uma ferramenta auxiliar, tão importante quanto as entrevistas, que irá reforçar a hipótese diagnóstica levantada. Fica ressaltado, também, o caráter ético na aplicação dos testes: o preparo que o aplicador deve ter no uso da técnica e, como divulgará os resultados. Todas essas nuances, que, sem sombra de dúvida, foram enfatizadas quando do ensino teórico anterior, acerca dos testes, adquirem um novo valor quando integradas com a clínica.

Entendemos e ensinamos psicodiagnóstico, a partir do referencial de (Ocampo, 1985), (Arzeno, 1995) e (Trinca, 1984), sobre uma abordagem de diagnóstico definida como “diagnóstico compreensivo”. Esse autor, baseando-se no modelo tradicional de (Ocampo, 1985), propõe uma visão totalizadora no entendimento do indivíduo. Ele enfatiza o desenvolvimento de um raciocínio clínico dentro da prática de diagnóstico, que, basicamente, envolve uma compreensão psicológica globalizada do paciente, utilizando-se de todos os materiais que forem necessários para se chegar a essa compreensão: entrevistas, testes, e técnicas psicológicas, contatos com outros profissionais ligados ao caso, visita à escola, exames médicos, sem privilegiar nenhum

deles. Com isso, conseguimos eliminar algumas visões particulares e unilaterais em relação a essa prática e temos trabalhado muito, nesse sentido, para a divulgação desses referenciais mais completos e integrativos do diagnóstico psicológico.

Nos últimos anos, observa-se uma amplitude maior no desenvolvimento dessa prática diagnóstica, ressaltando também seu caráter interventivo e terapêutico.

Santiago (1998) num artigo sobre a prática de psicodiagnóstico, aponta a controvérsia existente sobre a questão de se fazer uso de assinalamentos ou interpretações nas entrevistas diagnósticas... *“Alguns opõem-se decididamente a essa idéia, considerando que o psicólogo, na tarefa diagnóstica, deve limitar-se a realizar uma investigação. Outros profissionais reconhecem a necessidade de fazer certos apontamentos ao paciente durante o processo psicodiagnóstico por considerarem que o trabalho alcança uma dimensão mais ampla e compreensiva”...*

Em nosso referencial de atendimento e ensino de psicodiagnóstico, temos tentado alargar os limites dessa prática, no sentido de oferecer uma experiência que possa ser também terapêutica ao paciente e/ou sua família. Juntamos aos referenciais de psicodiagnóstico, já mencionados acima, o referencial de Psicoterapia Breve de base analítica de (Guillieron, 1986) e (Knobel, 1986). Com isso, tentamos privilegiar o vínculo de confiança já estabelecido com aquele indivíduo ou família, onde vamos levantando hipóteses diagnósticas que produzem entendimentos do caso e vão gerando, conjuntamente, possibilidades interventivas e terapêuticas, na tentativa de eliminar a lacuna existente entre psicodiagnóstico e psicoterapia.

Esse modelo parece se adequar bem principalmente às instituições de clínicas-escola, onde o atendimento ao paciente caminha em consonância com as atividades acadêmicas, ou seja, à existência dos cursos de graduação, extensão,

especialização, calendário escolar,... evitando assim, a interrupção, a espera, o estabelecimento de um novo vínculo terapêutico, que muitas vezes levam o paciente ao abandono do tratamento.

Desse modo, temos tido resultados positivos em ambos os lados. O aluno, realizando esse tipo de diagnóstico interventivo e terapêutico, pode se instrumentalizar mais adequadamente para um trabalho de cunho institucional, onde a forte demanda de clientes, exige uma prática psicoterapêutica mais breve; e o paciente, que vai entrando em contato com aspectos desconhecidos de sua personalidade e, ao mesmo tempo, tendo possibilidade de trabalhar com eles.

Referências Bibliográficas.

- ANCONA-LOPEZ, M. (1984) Contexto geral do diagnóstico psicológico. In TRINCA, W. Diagnóstico Psicológico, A prática clínica. São Paulo, EPU.
- ARIBI, N.V; CAVALINI, S. (1999) - Testes de nível intelectual: Como e por que ensiná-los. Anais do VIII Congresso Nacional de Avaliação Psicológica, IBAPP (Instituto Brasileiro de Avaliação e Pesquisa em Psicologia) : 62-68.
- ARZENO, M.E.G. (1995) Psicodiagnóstico Clínico. Novas contribuições. Porto Alegre, Artes Médicas.
- BUENO, R.M.S.G. (1995) Ensino e pesquisa. Boletim de Psicologia, XLV, (102) : 23-25.
- GILLIÉRON, E. (1986) As psicoterapias breves. Rio de Janeiro, Zahar.
- GOMES, I.; NOFFS, M.H. (1999) O ensino de técnicas projetivas gráficas no curso de psicologia em duas instituições, particular e pública. Anais do VIII Congresso Nacional de Avaliação Psicológica, IBAPP (Instituto Brasileiro de Avaliação e Pesquisa em Psicologia) : 76-82.

JACQUEMIN, A . (1995) Ensino e pesquisa sobre testes psicológicos. Boletim de Psicologia, XLV, (102) :19-21.

OCAMPO, M. e col. (1985) O Processo psicodiagnóstico e as técnicas projetivas. São Paulo, Martins Fontes.

SANTIAGO, M. (1998) Psicodiagnóstico: uma prática em crise ou uma prática na crise?. In ANCONA-LOPEZ, M. - Psicodiagnóstico: Processo de intervenção. São Paulo, Cortez Editora.

TRINCA, W. (1984) Processo diagnóstico de tipo compreensivo. Diagnóstico Psicológico, A prática clínica. São Paulo, EPU.

Contatos: Instituto de Psicologia da USP
Departamento de Psicologia Clínica
Av. Prof. Lúcio Martins Rodrigues, 399 – Bloco 17
Cidade Universitária – São Paulo – SP

Isabel Cristina Gomes

05508-900

E-mail: isagomes@nw.com.br